



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA PAULA BATISTA PINA DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM MAPEAMENTO NOS ARTIGOS
CIENTÍFICOS (1996-2015)**

Brasília-DF, 07 de dezembro de 2016.

ANA PAULA BATISTA PINA DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM MAPEAMENTO NOS ARTIGOS
CIENTÍFICOS (1996-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília
do curso de Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Müller

Brasília-DF, 07 de dezembro de 2016.

ANA PAULA BATISTA PINA DOS SANTOS

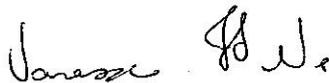
**AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM MAPEAMENTO NOS ARTIGOS
CIENTÍFICOS (1996-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Müller, como requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

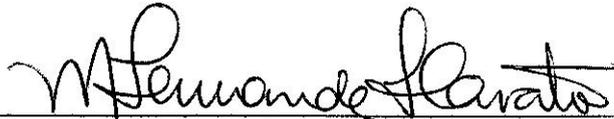
Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Müller



Profa. Dra. Fernanda Müller
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília
(Orientadora)



Profa. Dra. Vanessa Ferraz Almeida Neves
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais
(Membro Titular)



Profa. Dra. Maria Fernanda Farah Cavaton
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília
(Membro Titular)



Msc. Viviane Fernandes Faria Pinto
Pesquisadora-Tecnologista – Inep
(Membro Suplente)

Brasília-DF, 07 de dezembro de 2016.

Dedico essa vitória primeiramente a Deus,
aos meus familiares que tanto me apóiam e
às crianças que sempre me inspiram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que tem sustentado e iluminado meus passos.

Agradeço aos meus pais e irmãos, que são como bússolas para mim em meio às alegrias e intempéries da vida, exemplos de força e determinação que me motivam a continuar vencendo os obstáculos. Agradeço especialmente ao meu avô, que com seus sábios conselhos sempre me instruiu, e a minha avó, que como pedagoga investiu em mim, acreditando em meu potencial como educadora. Agradeço aos familiares que me apoiaram e acreditaram em minhas escolhas profissionais

Agradeço às crianças que estiveram ao meu lado em diversos espaços onde convivo, aos meus sobrinhos - Beatriz (9 anos), João Pedro (8 anos) e Valentina (5 anos), e as que fazem parte do Instituto Vidas, ONG onde sou voluntária.

Aos meus amigos e colegas de profissão, que me apoiaram na escolha de voltar aos bancos universitários e recomeçar, em uma nova profissão, que tanto amo.

Aos meus professores que desde o tempo de escola e academia me fizeram e fazem acreditar na Educação. Dentre eles, agradeço especialmente a minha orientadora Profa. Dra. Fernanda Müller, que há três anos vem me instruindo como pesquisadora e educadora da infância, seja em nossas três pesquisas de Iniciação Científica, seja na orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso. Ela nunca poupou esforços para me capacitar e aguçar meu olhar como pesquisadora da infância.

Agradeço aos colegas que compõem o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância – GIPI, que ao longo desses três anos de pesquisa apoiaram e incentivaram meus estudos e investigações sobre a infância. Agradeço especialmente à doutoranda Viviane Fernandes Faria Pinto que, como colaboradora em minha terceira pesquisa de Iniciação Científica, esmerou-se em dar suas contribuições.

Agradeço às professoras que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora deste trabalho.

E por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelas três Bolsas de Iniciação Científica a mim concedidas desde 2013 até o presente ano; e à Universidade de Brasília, janela aberta àqueles que buscam incessantemente o saber.

Muito obrigada!

A criança é feita de cem.
A criança tem cem mãos
cem pensamentos
cem modos de pensar
de jogar e de falar.
Cem sempre cem
modos de escutar
as maravilhas de amar.
Cem alegrias para cantar e compreender.
Cem mundos para descobrir.
Cem mundos para inventar.
Cem mundos para sonhar.
A criança tem cem linguagens
(e depois cem cem cem)
mas roubaram-lhe noventa e nove.
A escola e a cultura
lhe separam a cabeça do corpo.
Dizem-lhe:
de pensar sem as mãos
de fazer sem a cabeça
de escutar e de não falar
de compreender sem alegrias
de amar e maravilhar-se
só na Páscoa e no Natal.
Dizem-lhe:
de descobrir o mundo que já existe
e de cem
roubaram-lhe noventa e nove.
Dizem-lhe:
que o jogo e o trabalho
a realidade e a fantasia
a ciência e a imaginação
o céu e a terra
a razão e o sonho
são coisas
que não estão juntas.
Dizem-lhe:
que as cem não existem
A criança diz:
ao contrário, as cem existem.”
Loris Malguzzi (1999)

MEMORIAL

Sou Ana Paula, brasileira, nascida em Salvador e tenho 27 anos. Morei na Bahia até os 10 anos de idade, e desde então vivo em Brasília. Em 2010 concluí minha primeira graduação, em Administração de Empresas, pela Universidade Paulista – UNIP – Campus Brasília. Em 2011 comecei a lecionar no curso Técnico de Administração na Escola Técnica de Ceilândia – ETC-CEP/Ceilândia, uma escola pública localizada no bairro Guariroba daquela Região Administrativa. Essa foi uma experiência maravilhosa, pois, pude perceber como sou apaixonada por sala de aula, e pela docência. Nessa instituição ministrei aulas durante dois anos, tempo do meu contrato com a Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF. Logo, quando finalizou o contrato, tinha a certeza que queria ser professora.

Foi então que em 2013, depois de ser aprovada no vestibular da Universidade de Brasília, comecei uma nova jornada na minha vida profissional. Voltei aos bancos escolares, sabendo que este seria um novo desafio. E hoje, já no último semestre, tenho a certeza que fiz a escolha certa. Ao longo dos semestres pude vivenciar inúmeras experiências construtivas para a minha vida profissional.

Logo no segundo semestre ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Müller. Minha primeira pesquisa “Creche e Interação: um levantamento bibliográfico nos artigos científicos (1997-2012)” foi indicada ao Prêmio Destaque Iniciação Científica e recebeu menção honrosa. Ao quarto semestre, iniciei o meu segundo projeto de PIBIC, “Expressividade e música: experiências educativas de pré-adolescentes em Brasília”, também sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Müller, em parceria com a Universidade Autônoma de Madri. Foi uma experiência válida e gratificante. Depois, no sexto semestre, iniciei a terceira pesquisa de PIBIC, “Análise de conteúdo dos artigos científicos sobre a avaliação na Educação Infantil (1996-2015)”, também sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Müller, que deu origem ao presente trabalho.

Durante o terceiro e quarto semestres do curso participei da disciplina Projeto 4, fase 1 e 2, correspondentes ao estágio obrigatório do curso, também orientados pela Profa. Dra. Fernanda Müller. Nessas experiências pude observar e compreender a vivência de uma instituição de Educação Infantil pública e de uma instituição de Ensino Fundamental também pública no Distrito Federal.

Já no sétimo semestre, tive a oportunidade de estagiar como professora auxiliar no Colégio Marista João Paulo II, na turma de Nível I (3 anos de idade), sob supervisão da Profa.

Milânea Herman, que muito me ensinou sobre a prática docente. Embora não fosse obrigatório, optei por fazer esse estágio a fim de poder melhor compreender o que ao longo desses semestres estudava nos textos e discutia na academia: o desenvolvimento das crianças; a interação criança-criança e criança-professora; a função docente em um ambiente de Educação Infantil; a relação entre família e contexto educacional; dentre muitas outras aprendizagens adquiridas neste curto espaço de tempo.

Atualmente, no oitavo e último semestre do curso, tenho me dedicado a escrita deste trabalho, que apresenta um mapeamento das publicações científicas sobre avaliação e Educação Infantil. Motivada por aprofundar conhecimentos sobre a Educação Infantil, iniciei o “Curso Internacional de Aprofundamento em Educação Infantil: o trabalho cotidiano das creches e pré-escolas”, que trata de agendas de pesquisa e do sistema educativo de Reggio Emilia – Itália.

Assim, durante esses quatro anos muito aprendi e me transformei. Trata-se de uma transformação boa, que posso levar aos que ao meu redor estão. Aprendi que viver e aprender são ações indissociáveis, e que nos fazem humanos.

SANTOS, Ana Paula Batista Pina dos. *Avaliação e educação infantil: um mapeamento nos artigos científicos (1996-2015)*. Brasília – DF, Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso decorre da pesquisa “Análise de conteúdo dos artigos científicos sobre a avaliação na educação infantil (1996-2015)” desenvolvida entre os anos de 2015 e 2016, como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. O presente trabalho também interage com outras pesquisas desenvolvidas no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância - GIPI, do qual faço parte. Tem como objetivo analisar artigos científicos identificados nas plataformas SciELO e CAPES sobre a avaliação na Educação Infantil. O método utilizado para a pesquisa foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), tendo como recorte temporal o período de 1996 até 2015. Os dados foram classificados em quatro categorias de análise, que sugerem uma produção acadêmica sobre a avaliação e Educação Infantil ainda escassa, todavia em ascensão, com predominância de produção na área de Educação. Outro ponto tratado no estudo refere-se aos múltiplos focos dados à temática Avaliação e Educação Infantil. Por fim, concluímos que essa temática requer uma ampla discussão a fim de construir uma compreensão mais ampliada dos sujeitos que por ela são influenciados (educadores, crianças, pais e gestores). Destacamos ainda que avaliação e Educação Infantil precisa ser compreendida como um meio e não como um fim da ação pedagógica e, para isso, é necessário o investimento na formação continuada dos docentes.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

This task is the result of the research “Content analysis of academic papers on early childhood education assessment (1996-2015)” developed between the years of 2015 and 2016 for the Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, funded by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. The current paper also interacts with others researches developed by the Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância - GIPI, which I belong to. It aims to analyze scientific articles on evaluation in early childhood education identified on SciELO and CAPES platforms. The method used for this research was Content Analysis (Bardin, 2011), with the time frame from 1996 to 2015. The data were classified into four categories of analysis, which indicates a yet scarce scholarship studies on evaluation and on Early Childhood Education, but rising, especially productions in the field of education. Another point addressed at this study refers to the multiple focus given on the thematic of Assessment and Early Childhood Education. Finally, we conclude that this issue requires a broad discussion so that we can build a wider understanding of those influenced by it (educators, children, parents, and administrators). We also emphasize that assessment and Early Childhood Education must be understood as a mean and not as an end of the pedagogical action, and consequently, it is necessary to invest in continuing teachers’ training.

Keywords: Assessment; Early Childhood Education; Content Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB/CNE - Câmara da Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação
COEDI - Coordenação Geral de Educação Infantil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
DF – Distrito Federal
ETC/CEP – Escola Técnica de Ceilândia
GIPI- Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância
GT/MEC - Grupo de Trabalho do Ministério de Educação
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
ONG – Organização Não Governamental
PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE - Plano Nacional de Educação
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal
UnB – Universidade de Brasília
UNIP – Universidade Paulista

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de artigos sobre avaliação da criança por meio de testes e escalas.....	24
Quadro 2 - Relação de artigos sobre avaliação centrada no acompanhamento integral da criança.....	28
Quadro 3 - Relação de artigos sobre avaliação do ambiente da Educação Infantil.....	31
Quadro 4 - Relação de artigos sobre avaliações em nível macro.....	34

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Metodologia.....	20
3. Categorias de Análise	24
3.1 Avaliação centrada na criança por meio de testes e escalas	24
3.2 Avaliação centrada no acompanhamento integral da criança	28
3.3 Avaliação do ambiente como parâmetro de qualidade da Educação Infantil	32
3.4 Avaliações em nível macro	35
4. Discussão dos resultados.....	39
5. Conclusão	44
Referências Bibliográficas	46

1. Introdução

Os países escandinavos e as regiões ao norte da Itália têm discutido há bastante tempo diferentes temas relacionados às práticas pedagógicas na Educação Infantil, e, dentre elas, a avaliação. Pesquisas desenvolvidas na Itália (BONDIOLI, 2015; FERRARI, 2012; RINALDI, 2016) têm chamado a atenção para a documentação como prática pedagógica, o que também engloba a avaliação.

Brenda Fyfe (2016, p. 274) afirma que “algumas avaliações informais [...] podem ser vistas como práticas de documentação se forem vistas com o propósito de coletar traços de aprendizagem que possibilitem a reflexão e a interpretação”. Essa mesma autora define documentação como “um procedimento usado para tornar a aprendizagem visível para que ela possa ser lembrada, revisitada, reconstruída e reinterpretada como base para a tomada de decisão” (FYFE, 2016, p. 273).

Um exemplo de práticas pedagógicas progressistas, que tornam a aprendizagem das crianças visíveis a todos, são as experiências das creches e pré-escolas de Reggio Emilia, uma cidade ao norte da Itália. Ana Lúcia Goulart de Farias (2007, p. 285) afirma que as instituições de Educação Infantil de Reggio Emilia possuem uma pedagogia que “vê a professora e as crianças inteiras, como protagonistas. A criança com pouca idade não é apenas uma aluna. Ela se espalha por todo o mundo através das culturas infantis” e por isso, a avaliação não é centrada na criança, mas sim, em projetos que elas constroem em conjunto com as professoras.

Paulo Fochi (2015, p. 40) retoma os ensinamentos de Loris Malaguzzi quando afirma que “diversas imagens de crianças já foram – e ainda são convencionadas na sociedade. Uma delas é a da criança que falta, que não é e que não tem”. Todavia, Fochi (2015, p. 40) prefere compreender a criança como “ativa, competente, desafiadora e curiosa por experimentar o mundo que se comunica desde que nasce”. Esta sim, para ele, é a criança vista por suas cem linguagens.

Malaguzzi (1999, p. 76) reitera que “uma vez que as crianças sejam auxiliadas a perceber a si mesmas como autoras ou inventoras, uma vez que sejam ajudadas a descobrir o prazer da investigação, sua motivação e interesse explodem”. Para isso, é necessário enxergarmos a criança como sujeito competente, ativo, e co-construtor de sua cultura.

Assim, a avaliação no sistema educativo de Reggio Emilia para Carla Rinaldi (2014, p. 88) é “um olhar que valoriza” e precisa ser compreendida como “parte intrínseca da documentação” (RINALDI, 2016, p. 136). Afinal como afirma Rinaldi (2016) avaliar tem como pressuposto valorizar os processos que crianças e adultos estabelecem juntos, pois, permite “tornar explícitos, visíveis e partilháveis os elementos de valor (indicadores) aplicados na produção da documentação e por quem documenta” (RINALDI, 2016, p. 136).

É essa valorização pela investigação, pela construção do pensamento, pela descoberta do novo, e pela construção de novas relações, que muitas vezes as avaliações realizadas em nossas instituições de Educação Infantil acabam deixando passar. Habilidades e competências próprias da criança por não estarem descritas em relatórios formais, muitas vezes passam despercebidos pelo olhar da educadora.

Dessa forma, destacamos que o processo de documentação pode fazer parte do processo avaliativo. Contudo, sabemos que nem toda avaliação contempla a documentação, pois para que haja a documentação, é necessário rever concepções sobre avaliação na Educação Infantil e sobre a criança em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem. Quanto a isso, Lilian Pacheco S. Thiago (2000, p. 51-52) nos indaga:

Como estamos vendo as crianças? Pequenos seres incompletos e incompetentes ou sujeitos ativos, capazes de construir significados e conhecimentos nas interações que estabelecem com seus pares, com os adultos e com a cultura?

Nesse sentido, é necessário que a avaliação na Educação Infantil valorize a criança por meio de um novo olhar, que possa enxergá-la como sujeito protagonista de sua própria história, que dá voz à criança, e que a considera como sujeito completo e não com um “vir a ser”, mero reproduzidor do adulto.

Nesse sentido, Monica Ferrari (2012, p. 47) destaca a necessidade do uso de “instrumentos sistêmicos” e da presença de um “observador-avaliador”, de modo a contribuir para o processo avaliativo em instituições de Educação Infantil. A bibliografia italiana sugere que se valorize o processo de documentação das crianças, que por sua vez seja percebido como uma forma de acompanhamento e reflexão contínua por parte da professora sobre as aprendizagens das crianças, e de suas relações estabelecidas nos espaços da instituição de Educação Infantil.

Lella Gandini e Jeanne Goldhaber (2002, p. 151) afirmam que a “documentação é um processo cooperativo que ajuda professores a escutar e observar crianças com que

trabalham, possibilitando, assim, a construção de experiências significativas com elas”. As autoras supracitadas argumentam ainda que a documentação não deva ser:

considerada aqui como mera coleta de dados de maneira distante e descompromissada. Pelo contrário, ela é vista como uma observação aguçada e uma escuta atenta, registrada através de variadas formas pelos educadores que estão contribuindo conscientemente com sua perspectiva pessoal. (GANDINI; GOLDHABER, 2002, p. 151).

Nesse sentido, quando a avaliação na Educação Infantil prioriza a documentação, conseqüentemente, valoriza a aprendizagem das crianças de forma processual. Por isso, dá mais ênfase ao que acontece no cotidiano das crianças no contexto de Educação Infantil, do que aos resultados obtidos no final de um processo de aprendizagem.

Dessa forma, a avaliação combinada a outros temas, tais como documentação, observação e registro na Educação Infantil, tem sido discutida no meio acadêmico. Maria Isabel Ciasca e Débora Mendes (2009, p. 299) destacam que em muitos casos, “a observação assume uma verdade objetiva e externa que pode ser registrada enquanto a documentação é uma construção social, pois refere-se a dois temas: o processo e o conteúdo”. Esses processos podem ser percebidos de forma integrada, pois, quando relacionados, possibilitam ao educador uma melhor compreensão da turma e também da criança inserida na turma. Jena Gonzalez-Mena (2015) afirma que os educadores devem aprender a observar, registrar e avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil para que possam compreender como elas se desenvolvem e aprendem.

No Brasil a discussão acerca da avaliação na Educação Infantil tem ganhado espaço e propiciado debates acerca do tema. Livia Vieira (2014) reitera essa afirmação, destacando que:

percebe-se, pela observação de iniciativas diversas que visam colocar o tema em discussão – seminários, colóquios, reuniões, divulgação de documentos e posicionamentos, que existem tensões decorrentes do entendimento de como avaliar (procedimentos, métodos) e do que avaliar na Educação Infantil. (VIEIRA, 2014, p.20).

Além de ter ganhado visibilidade no meio acadêmico, essa temática também tem sido amplamente debatida nos documentos legais. O documento “Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto” (2015, p. 13) – afirma que:

O tema é pauta, em âmbito nacional, na competência do Ministério da Educação (MEC), seja na prerrogativa de orientação técnica, própria da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), ou no que compete à normatização e regulamentação da área, próprias da Câmara da Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação (MEC/SEB/COEDI, 2015, p. 13)

O texto original do artigo 208, inciso I, da Constituição de 1988 definia como obrigatória a inserção de todos os cidadãos brasileiros ao Ensino Fundamental. Este foi alterado pela Emenda Constitucional 59 de 2009, que versa a respeito da obrigatoriedade de crianças e jovens, de quatro a dezessete anos de idade, frequentarem pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Essa mudança interfere consideravelmente nas políticas públicas da Educação Infantil, pois atualmente as crianças de quatro e cinco anos são obrigadas a frequentar 200 dias letivos na pré-escola.

Essa mudança também sofreu consequências da Lei 12.796 de 2013, que altera alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL/1996). O Artigo 31, inciso V da Lei 12.796 de 2013, trata da obrigatoriedade de “expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança” por parte da instituição de Educação Infantil. Essa documentação deve ocorrer durante todo o ano letivo, e para isso, cabe às instituições seguirem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009), que definem como documentação um registro “que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil” (BRASIL, 2009, p. 29). As DCNEI ainda propõem ao educador a utilização das mais variadas formas de registro, o que faz parte de um processo avaliativo.

O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), Lei 13.005 de 2014, assegura como estratégia 1.6 da primeira meta, a realização bianual de uma avaliação institucional da Educação Infantil, com base nos “parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes”, sendo essa considerada uma necessidade institucional referente à avaliação da primeira etapa da Educação Básica, ou seja, a Educação Infantil. A estratégia 1.14, por sua vez, apresenta a necessidade de acompanhamento e monitoramento contínuo das crianças na Educação Infantil, considerada esta uma questão voltada à avaliação do desenvolvimento da própria criança.

Logo, é notória a preocupação legal acerca da Educação Infantil no Brasil e, sobretudo, dos processos avaliativos. O documento elaborado pelo Grupo de Trabalho do Ministério de Educação - GT/MEC, instituído pela Portaria 1.147/2011, destaca que:

se faz oportuno ampliar a abrangência, o escopo e as finalidades do que se designa como avaliação da educação básica, bem como, no caso da educação infantil – que está em processo de sistematização de uma proposta de avaliação – incorporar possibilidades de sua implementação por meio de procedimentos diversificados, prevendo-se a participação de múltiplos sujeitos na condição de avaliadores, explorando-se a sua dimensão formativa. (GT/MEC, 2012, p. 6)

Após identificarmos na legislação o que é previsto para a avaliação na Educação Infantil, passamos a investigar como esse tema é tratado nas mais diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Identificamos nas plataformas SciELO e CAPES, respectivamente, artigos científicos que abordam tal temática e que foram publicados entre os anos de 1996 e 2015. Optamos por delimitar esse período por ser 1996 o ano da promulgação da LDBEN (1996), que incorporou creches e pré-escolas (Educação Infantil¹) à Educação Básica. Igualmente, a LDBEN considera em seu artigo 31, inciso I, a avaliação como um processo de “acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças”. Queríamos garantir o maior número possível de publicações referentes ao tema de pesquisa a partir desse recorte temporal.

O procedimento de busca dos artigos foi dividido em duas etapas: a primeira consistiu na busca pelos artigos publicados na plataforma SciELO. Utilizamos diversos descritores, e com isso, identificamos 26 artigos. Já na segunda etapa, utilizando a plataforma da CAPES, buscamos artigos complementares à busca anterior, com os mesmos descritores, e encontramos outros 10 artigos. Com isso, 36 artigos compõem o *corpus* da pesquisa. Lawrence Bardin (2011, p. 126) define *corpus* como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Optamos pelo método de análise de conteúdo, descrito por Bardin (2011, p. 37) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, o que julgamos pertinente para a compreensão dos diversos artigos selecionados. Com isso, pudemos codificar os textos a fim de posteriormente constituir categorias para que os recortes textuais pudessem ser analisados.

¹ O artigo 29 da LDBEN (BRASIL, 1996) afirma que “a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos [alterada pela Lei 12.796/13] em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Estruturamos o trabalho em três partes. A primeira parte apresenta a metodologia e descreve o modo como estruturamos o *corpus* da pesquisa, a fim de gerar os dados a serem analisados. A segunda parte trata da análise do *corpus*, ou seja, do conteúdo dos 36 artigos, a fim de compreendermos como a interface da avaliação e da Educação Infantil tem sido tratada nos últimos 20 anos. Para isso, elaboramos quatro categorias de análise, quais sejam: a) avaliação centrada na criança por meio de testes e escalas; b) avaliação centrada no acompanhamento integral da criança; c) avaliação do ambiente como parâmetro de qualidade da Educação Infantil; d) avaliações em nível macro. E, por fim, a terceira parte apresenta discussões e considerações finais, sugerindo subsídios para estudos posteriores.

2. Metodologia

Este estudo está ancorado nos pressupostos da pesquisa qualitativa. Uwe Flick (2009, p. 20) afirma que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. A abordagem qualitativa em pesquisa possibilita que não apenas dados brutos sejam observados, mas, sobretudo, “conceitos sensibilizantes” (FLICK, 2009, p. 20) sejam investigados, os quais se baseiam não apenas em estudos teóricos, mas também em estudos empíricos, a fim de construir conhecimentos específicos da área de estudo.

Para isso, buscamos estudar tais aspectos por meio do método de análise de conteúdo descrito por Bardin (2011, p. 48) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Flick (2009, p. 291) refere-se a esse método como “um dos procedimentos clássicos para analisar material textual, não importando qual a origem desse material”. O que vale nessa abordagem não é como o conteúdo foi produzido, mas sim, como ele será interpretado. Essa interpretação vai além de uma simples leitura bibliográfica, pois possibilita que o pesquisador compreenda de forma sistemática os diversos conteúdos que compõem o *corpus* da pesquisa. Por isso, Bardin (2011, p. 35) afirma que o mais importante é o “enriquecimento da leitura” do *corpus* e a “superação da incerteza”, haja vista a amplitude de documentos considerados como instrumento de análise. Por este motivo, a fase de geração de dados, isto é, a busca e identificação dos artigos científicos é primordial para o andamento da pesquisa como um todo.

A amplitude de análise que esse método permite justifica a sua escolha para esta pesquisa. Afinal, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011, p. 47) “reside na articulação entre a superfície dos textos, descrita e analisada; e os fatores que determinaram estas características, deduzidos logicamente”. Além de compreender o que está em primeiro plano, queremos perceber também o que está nas entrelinhas dos textos em estudo.

Outras pesquisas sobre temas relacionados à Educação Infantil vêm utilizando análise de conteúdo como método de pesquisa. Silva (2014) analisou 19 teses na área de

educação, publicadas entre 2007 e 2011, a fim de investigar como a concepção de creche tem sido tratada no meio acadêmico. Furtado (2014; 2015) investigou as concepções de creche em 83 artigos científicos classificados pela CAPES como A1 e A2, publicados entre os anos 1997 a 2011. Silva e Müller (2015), por meio de uma triangulação de dados, realizaram a análise de conteúdo de 35 teses e 168 dissertações que tratavam da primeira infância na creche. Da mesma forma, o presente trabalho se apropriou desse método a fim de buscar compreender de forma sistematizada como tem sido tratada a avaliação na Educação Infantil, a partir dos conteúdos descritos nos artigos acadêmicos publicados entre os anos de 1996 a 2015.

Para isso, a busca foi realizada de forma combinada e contou inicialmente com os descritores “avaliação” e “Educação Infantil”, o que permitiu localizar 15 artigos na plataforma SciELO, e oito artigos na plataforma da CAPES, totalizando 23 artigos. Com a combinação dos descritores “avaliação” e “creche”, e posteriormente “avaliação” e “pré-escola”, encontramos mais sete artigos na plataforma SciELO.

Ao observar outros descritores nos artigos já identificados, passamos a utilizar diversos outros descritores combinados, tais como: “documentação” e “Educação Infantil”; “documentação” e “creche”; “documentação” e “pré-escola”; “registro” e “Educação Infantil”; “registro” e “creche”; “registro” e “pré-escola”. Com estes descritores complementares identificamos ainda quatro artigos na plataforma SciELO e dois artigos na plataforma CAPES.

Construímos o *corpus* de pesquisa de forma simétrica, pois utilizamos os mesmos descritores para a busca dos artigos, tanto na plataforma SciELO quanto na plataforma CAPES. Na primeira etapa, por meio da plataforma SciELO, identificamos 26 artigos; na segunda etapa, por meio da plataforma da CAPES, obtivemos outros 10 artigos. Com isso, o *corpus* conta com 36 artigos.

Realizamos a leitura flutuante de forma a “estabelecer contato inicial com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2009, p. 126). Buscamos com isso explorar todo o material gerado e em seguida, lemos novamente os artigos, de forma exaustiva, a fim de estabelecer recortes textuais comuns.

Desse modo, buscamos codificar os recortes textuais a fim de que dados brutos fossem transformados em unidades possíveis de comparação e posterior análise. Bardin (2009, p. 133) descreve a codificação como um “processo pelo qual os dados brutos são

transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. A partir dessa codificação dos dados elaboramos algumas unidades de codificação que nos permitiram identificar relações entre os diferentes textos. Flick (2009, p. 277) afirma que “a codificação envolve uma comparação constante dos fenômenos, dos casos, dos conceitos”.

Em seguida, partimos para o processo de categorização desses mesmos recortes, com o intuito de que os dados codificados fossem organizados de forma sistemática e agrupados conforme similaridades. Flick (2009) afirma que uma das características fundamentais do método de análise de conteúdo é a utilização de categorias. Tais categorias é que permitem uma perspectiva pontual dos conceitos pesquisados, em meio a tantos textos. É nesse processo de comparação que conseguimos construir categorias de análise.

O processo de categorização pode ser compreendido como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero, com os critérios previamente definidos”. (BARDIN, 2011, p. 147). Nesse momento, por meio do agrupamento das unidades de codificação semelhantes, elaboramos algumas categorias que seriam basilares para a análise de todo o *corpus*. Esse processo de categorização permitiu o tratamento dos dados brutos, a fim de mais bem compreendermos a relação existente entre os artigos e, posteriormente, estabelecermos inferências do material analisado.

Por isso, depois de estabelecido o *corpus* de pesquisa e realizada a leitura fluante e posterior codificação, partimos para a construção de categorias. Esse processo de categorização comportou duas etapas. De acordo com Bardin (2011), a primeira etapa diz respeito à construção de um inventário, em que os elementos codificados ficam isolados dos demais. A segunda etapa compreende a classificação, que consiste em organizar os elementos semelhantes, que foram dispostos conforme as similaridades identificadas no momento de codificação dos textos que compuseram o *corpus*.

Elaboramos quatro categorias que orientam a análise de conteúdo dos 36 artigos. A primeira e a segunda categorias dizem respeito aos artigos que focam a avaliação da criança. Contudo, a primeira categoria, composta por nove artigos, trata mais especificamente de artigos que dissertam sobre a avaliação da criança por meio de testes e escalas padronizadas. Já a segunda categoria abrange 11 artigos que tratam da

avaliação da criança por intermédio das mais variadas formas de registros sobre o seu desenvolvimento de forma processual. A terceira categoria compreende os artigos sobre avaliação do ambiente de Educação Infantil, por meio de testes e escalas de avaliação, o que perfaz nove artigos. Por fim, a quarta categoria abarca sete artigos que tratam de documentos sobre avaliação de políticas nacionais e internacionais da Educação Infantil.

3. Categorias de Análise

A leitura flutuante dos 36 artigos do *corpus* de pesquisa, publicados entre os anos de 1996 e 2015, e a sua posterior codificação e categorização, nos possibilitou compreender de forma sistematizada o que esses textos informam acerca da avaliação na Educação Infantil.

As categorias “avaliação centrada na criança por meio de testes e escalas”; “avaliação centrada no acompanhamento integral da criança”; “avaliação do ambiente como parâmetro de qualidade da Educação Infantil”; e “avaliações em nível macro”; foram definidas de modo a possibilitar uma melhor organização do conteúdo do *corpus*, a fim de estabelecer similaridades entre os diversos textos do estudo. Bardin (2011, p.149) afirma ainda que “a análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios no material, mas que dá confiança do que se pode ter no bom funcionamento desse delicado instrumento”.

Desse modo, torna-se possível construir uma análise de todo o *corpus* da pesquisa e estabelecer relações entre o conteúdo dos 36 artigos estudados. Essa análise só nos é possível graças ao procedimento de descrição analítica, a qual “funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 41). Trata-se, portanto, de um “tratamento das informações contidas nas mensagens” presente em todo o *corpus* da pesquisa.

3.1 Avaliação centrada na criança por meio de testes e escalas

Nove artigos, que representam 25% do *corpus*, relacionam a avaliação da criança com a aplicação de testes ou escalas padronizadas.

Quadro 1: Relação de artigos sobre avaliação da criança por meio de testes e escalas

	Título do artigo	Autores	Ano	Periódico	Metodologia	Seleção de participantes
Art. 6	Avaliação do vocabulário receptivo de crianças pré-escolares	ARAÚJO; MARTELETO; SCHOEN-FERREIRA	2010	Estudos de Psicologia	Teste de Vocabulário por Imagem <i>Peabody</i>	159 crianças
Art. 14	Estudo do perfil comunicativo de crianças de 4 a 6 anos na educação infantil.	BRAGANÇA; ALVES; LE MOS	2014	Rev. CEFAC: Speech, Language, Hearing Sciences and Education Journal	Teste de Linguagem e Fala	60 crianças
Art. 16	Construção e Validação de uma Escala de Comportamentos Mediacionais de Educadores Infantis	VECTORE; ALVARENGA; GOMIDE JÚNIOR	2006	Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)	Escala de Avaliação da Mediação de Educadores Infantis	Não informado
Art. 17	Contexto e Desenvolvimento Cognitivo: Frequência à Creche e Evolução do Desenvolvimento Mental	LORDELO; CHALHUB; GUIRRA; CARVALHO	2007	Psicologia: Reflexão e Crítica	Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil, a Escala WPPSI-R (Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence – Revised) e um Questionário para Avaliação Materna do Desenvolvimento da Criança	37 crianças
Art. 18	Avaliação do desempenho motor global e em habilidades motoras axiais e apendiculares de lactentes frequentadores de creche	SOUZA; SANTOS, TOLOCKA; GIBIM; BALTIERI; HABECHIAN	2010	Revista Brasileira de Fisioterapia	Escala Motora – “Bayley Scales of Infant and Toddler Development-III (BSITD-III)”	30 crianças
Art. 19	Relações entre representações afetivas e cognitivas em crianças de 4 a 5 anos de idade	PAIVA	1996	Paidéia	Uma adaptação da “Prova Clássica de Bender”. E outros dois instrumentos: “Teste de Apercepção Infantil” e o “Procedimento de Desenho-Estórias”.	10 crianças
Art. 20	Avaliação da depressão infantil em alunos da pré-escola	ANDRIOLA; CAVALCANTE	1999	Psicologia: Reflexão e Crítica	Escala de Sintomatologia Depressiva para Professores	347 crianças
Art. 22	Factor Validation of the Portuguese Version of the Social Skills Scale of the Preschool and Kindergarten Behavior Scales	MAJOR; SEABRA-SANTOS	2014	Paidéia	Escalas de Comportamento para a Idade Pré-Escolar	1.000 crianças
Art. 30	Avaliação escolar, educação infantil e linguagem: análise das avaliações produzidas nas escolas	ALMEIDA	2014	Nuances: estudos sobre educação	Teste da Psicogênese	Não informado

Fonte: Elaboração própria

Dentre os nove artigos, quatro deles - 14, 17, 20 e 22 - pautam-se na avaliação multidimensional do desenvolvimento da criança. O artigo 14 assinala como instrumento de avaliação um teste de linguagem e fala, e para isso, foi utilizado o Roteiro de Observação do Comportamento de Crianças² de 0 a 6 anos (BRAGANÇA, ALVES e LEMOS, 2014, p. 1275) em crianças, com a classificação de Índices de Desempenho, a fim de analisar o desenvolvimento de 60 crianças, com idades entre 4 e 6 anos, usuárias de Educação Infantil. O artigo 14 afirma ainda que é necessária a aplicação de avaliações para as crianças, a partir de escalas de observação, como forma de constatar o seu desenvolvimento e que para isso também devemos considerar as condições ambientais e sociais presentes nas instituições de Educação Infantil que influenciam essas crianças, pois essas variáveis:

influenciam diretamente no desempenho escolar futuro, pois se sabe que a exposição à educação infantil prévia, juntamente com o suporte familiar, atenua o estresse e as dificuldades encontradas na transição para o Ensino Fundamental e favorece os resultados de competência da criança.(ART. 14, 2014, p. 1.274)

O artigo 17 destaca o uso de variados instrumentos de avaliação combinados, e para isso, utilizou-se da Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil³ (LORDELO, CHALHUB, GUIRRA, e CARVALHO, 2007), a Escala WPPSI-R - Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence – Revised⁴ (LORDELO, CHALHUB, GUIRRA, e CARVALHO, 2007) e um Questionário para Avaliação Materna do Desenvolvimento da Criança (sem referência), para compreender o desenvolvimento de 37 crianças de 0 a 3 anos. O artigo descreve a importância da avaliação da criança por meio do uso de testes, e apresenta, além disso, a avaliação da família sobre o desenvolvimento da criança.

Já o artigo 20 utiliza a Escala de Sintomatologia Depressiva para Professores⁵ (ANDRIOLA e CAVALCANTE, 1999) para tratar a avaliação como recurso de observação do comportamento da criança na instituição de Educação Infantil, assim como possíveis sintomas de depressão. A amostra dessa pesquisa contou com 347

² MATURANO. O inventário de recursos do ambiente familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. v.19. n. 3. 2006.

³ BAYLEY, N. Bayley scales of infant development. San Antonio, CA: The Psychological Corporation, 1993.

⁴ WECHSLER, D. WPPSI-R – Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence – Revised. San Antonio, TX: The Psychological Corporation, 1989.

⁵ DOMÈNECH, E; e POLAINO-LORENTE, A. La escala ESDM-P como instrumento adicional em El diagnóstico de La depresión infantil. *Revista de Psiquiatria*, n. 17, p. 105-113, 1990.

crianças avaliadas por meio da escala, com idade entre 5 e 6 anos de ambos os sexos. A pesquisa confirmou a necessidade da realização de avaliações em instituições de Educação Infantil, a fim de constatar o comportamento das crianças nesses ambientes.

O artigo 22 apresenta Escalas de Comportamento para a idade pré-escolar⁶ (MAJOR e SEABRA-SANTOS, 2014) como forma de avaliar aptidões sociais de crianças. Afirma que “escalas de classificação têm sido desenvolvidas nas décadas recentes especificamente concebidas para avaliar habilidades sociais dos pré-escolares” (ART. 22, 2014, p. 146, tradução nossa). A pesquisa avaliou 1.000 crianças com idades entre 3 e 6 anos.

Já os artigos 6, 16, 18, 19 e 30 descrevem a avaliação como instrumento de medição do desempenho das crianças de instituições da Educação Infantil. Quanto a isso, o artigo 6 apresenta como instrumento de avaliação um Teste de Vocabulário por Imagem Peabody⁷ (ARAÚJO, MARTELETO e SCHOEN-FERREIRA, 2010), a fim de auferir o domínio da linguagem de 159 crianças usuárias de pré-escola.

O artigo 16 descreve que além de medir o desempenho das crianças em idade pré-escolar e sua adaptação nos ambientes educacionais, devemos também mensurar o desempenho das professoras de Educação Infantil⁸ e para isso é proposto a construção de uma Escala de Avaliação da Mediação de Educadores Infantis (sem referência), a fim de perceber o impacto dessa mediação para o desempenho da criança na relação estabelecida no ambiente educacional.

O artigo 18 pautou-se na descrição da avaliação de desempenho motor de 30 crianças com 12 a 17 meses de vida, e para isso, utilizou-se a Escala Motora – Bayley Scales of Infant and Toddler Development-III - BSITD-III⁹ (SOUZA, SANTOS, TOLOCKA, BALTIERI, HABECHAN, GIBIM, 2010), que possibilita a análise do desempenho motor global, apendicular e axial” (ART. 18, 2010, p. 311) da criança frequentadora de creche.

Da mesma forma, o artigo 19, buscou apresentar a avaliação do desempenho escolar da criança, de modo a investigar quais aspectos afetivos e cognitivos influenciam tal desempenho. Para isso, avaliou 10 crianças aplicando uma adaptação da

6 MAJOR, S. O. Avaliação de aptidões sociais e problemas de comportamento em idade pré-escolar: retrato das crianças portuguesas [Assessment of social skills and problem behaviors in preeschoolers: a Picture os portuguese children]. Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra, Portugal, 2011.

7 CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S.; NUNES, L.; ARAUJO, I.; NUNES, D.; NOGUEIRA, D. Versão brasileira do teste de vocabulário por imagens Peabody. Revista Distúrbios da Comunicação, n. 8, v. 2, p. 151-162, 1997.

8Optamos pelo uso do gênero feminino, uma vez que a predominância na ocupação das funções docentes, especialmente na Educação Infantil é ocupada por mulheres.

9 BAYLEY, N. Bayley scales of infant and toddler development. San Antonio, CA: Harcourt Assessment, 2006.

Prova Clássica de Bender¹⁰ (PAIVA, 1996) para avaliar as representações cognitivas dessas crianças; para observar as suas representações afetivas aplicou dois instrumentos: o Teste de Apercepção Infantil¹¹ (PAIVA, 1996) e o Procedimento de Desenho – Estórias¹² (PAIVA, 1996).

E por fim, o artigo 30 afirma que quando o desempenho da criança em um ambiente educacional é avaliado, não é apenas ela quem está sendo avaliada, mas todo o sistema de Educação Infantil, ou seja, a criança, o professor, o programa pedagógico, até a estrutura de ensino. Uma forma de avaliar a criança proposta neste artigo é o Teste da Psicogênese¹³ que tem como objetivo identificar o nível de linguagem escrita da criança no momento da aplicação do teste.

3.2 Avaliação centrada no acompanhamento integral da criança

Outros 11 artigos, que representam cerca de 30% do *corpus*, descrevem a avaliação como um instrumento processual com ênfase na criança e seu desenvolvimento, sem a necessidade de aplicação de testes ou escalas de mensuração. Apresentam um olhar sobre o acompanhamento contínuo, por meio de diversas formas de registro, e acima de tudo, a importância do envolvimento do professor de Educação Infantil.

¹⁰ BENDER, L. Test Gestaltico Visomotor. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1977 (1938).

¹¹ BELLAK, L.; e BELLAK, S. Teste de Apercepção Infantil com figuras animais. Manual de Aplicação. São Paulo: Mestre Jou, 1981 apud

¹² TRINCA, W. Investigação Clínica da Personalidade: o desenho livre como estímulo de apercepção temática. São Paulo: EPU, 1987.

¹³ FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Quadro 2: Relação de artigos sobre avaliação centrada no acompanhamento integral da criança.

	Título do artigo	Autores	Ano	Periódico	Metodologia	Seleção de participantes
Art. 5	Olhando a criança e seus outros: uma trajetória de pesquisa em educação infantil	ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; OLIVEIRA	2009	Psicologia USP	Pesquisa bibliográfica	Não informado
Art. 15	Promover a partir do interior: o papel do facilitador no apoio a formas dialógicas e reflexivas de auto-avaliação	BONDIOLI	2015	Educação e Pesquisa	Pesquisa bibliográfica	Não informado.
Art. 24	Educadoras da infância pesquisando e refletindo sobre a própria prática em matemática	GRANDO; NACARATO	2007	Educar	Análise documental	23 professoras de Educação Infantil
Art. 25	A Notação Escrita na Resolução de Problemas por Crianças Pré-Escolares	SELVA; BRANDÃO	2000	Psicologia: Teoria e Pesquisa	Análise das representações escritas das crianças	30 crianças
Art. 27	Quando a avaliação revela mais as concepções do avaliador do que sobre o perfil dos sujeitos avaliados, na Educação Infantil	CUNHA; SILVA	2012	Meta: Avaliação	Análise documental e questionários	Não informado
Art. 28	Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação da aprendizagem	ZANATTA; SILVA	2012	Revista Thema	Pesquisa bibliográfica	Não informado
Art. 29	A avaliação na educação infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas	BESSELER	2014	Nuances: estudos sobre educação	Relato de experiência	Não informado
Art. 33	Educação infantil e avaliação: uma ação mediadora	URT	2014	Nuances: estudos sobre educação	Análise documental	Não informado
Art. 34	Contextos e práticas de avaliação na educação infantil	CÔCO; VIEIRA	2014	Nuances: estudos sobre educação	Pesquisa qualitativa baseada nos referenciais teórico-metodológicos bakhtinianos	Instituições de Educação Infantil de 78 municípios do estado do Espírito Santo.
Art. 35	Experiência e documentação: é possível articular estes conceitos?	HORN; SILVA	2011	Revista Reflexão e Ação	Análise documental Pedagógica	Não informado
Art. 36	Os registros dos professores: Memórias e reflexões sobre a prática educacional na primeira infância	SEREDIUK; FERNANDES	2014	Revista Eletrônica de Educação	Pesquisa qualitativa com base na aplicação de questionários.	19 instituições de Educação Infantil do município de Campinas – SP.

Fonte: Elaboração própria

Os artigos 5, 27, 28, 29 e 33 dão ênfase à avaliação como forma de acompanhamento contínuo da criança. Quanto a isso, o artigo 5 afirma que “a observação sistemática do comportamento de cada criança em diversos momentos é condição necessária para se investigar como ela se apropria de modos de agir, sentir e

pensar culturalmente constituídos” (ART. 5, 2009, p. 455). Por isso, considera dessa forma o desenvolvimento integral da criança, como também afirma o artigo 26, o qual destaca que:

A avaliação acontece por meio da observação e interpretação das ações e produções das crianças em diversos momentos e com instrumentos e tarefas específicas, que contemplem as diversas formas de comunicação – linguagem – das crianças e adequadas ao nível de complexidade das capacidades e conteúdos trabalhados. (ART. 26, 2011, p. 297-298)

Nesse sentido, o artigo 28 descreve que a avaliação “não tem o objetivo de fazer a criança passar de ano, mas o intuito de observar e compreender o dinamismo presente no desenvolvimento infantil e redimensionar a prática pedagógica” (ART. 28, 2012, p. 4). Desse modo, é importante salientar que tais artigos valorizam a ação de avaliar a criança, todavia, não por meio de teste ou escalas padronizadas, mas, sobretudo, a partir do olhar do professor sobre o desenvolvimento global da criança.

O artigo 29 afirma que a avaliação infantil “demanda um olhar multifacetado e diferentes linguagens” (ART. 29, 2014, p. 161) para que possa condizer com o real desenvolvimento da criança. Todavia, para ser compreendido dessa forma, o artigo 33 destaca que o docente precisa compreender que “o desafio agora é pensar em formas de avaliar o aprendizado e o desenvolvimento da criança, por meio de uma ação conjunta, visando analisar todo o percurso em busca de melhoramento da prática” (ART. 33, 2014, p. 60).

Já os artigos 15, 24, 25 e 35 destacam a valorização das diversas formas de registro como modo de avaliar a criança que frequenta a instituição de Educação Infantil. O artigo 24 narra a experiência de 23 professoras da Educação Infantil que aplicam diversas formas de registro, tais como: o registro pictórico (desenhos), registro oral, e registro textual, a fim de depois poder analisar o desenvolvimento das crianças durante o ano letivo. Já o artigo 25 narra experiência de outras professoras, porém que trabalhavam com o registro das aprendizagens matemáticas que ocorriam de formas variadas e tinham como objetivo analisar o desenvolvimento de 30 crianças durante o ano letivo.

O artigo 15 descreve que o processo de avaliação no contexto educacional deve ser “compreendido como um conjunto complexo de recursos materiais, humanos e simbólicos que uma instituição organiza e põe em jogo” (ART. 15, 2015, p. 1330). O

artigo defende uma prática reflexiva de todos os envolvidos no processo educacional sobre esse conjunto de recursos.

Quanto a tais procedimentos para preservar os registros das crianças de forma contínua e viabilizar uma posterior análise de tais registros, o artigo 35 afirma que “a documentação é uma possibilidade de transformar a experiência individual em novas possibilidades de observação, registro e reflexão, trazendo à tona as situações que tenhamos visualizado como significativas entre as crianças” (ART. 35, 2011, p. 143).

E por fim os artigos 34 e 36 trazem à tona a reflexão sobre a importância da avaliação da prática docente na Educação Infantil, por meio dos próprios docentes e inclusive com a colaboração das crianças. O artigo 34 defende como:

nosso foco na avaliação relacionada às práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças, que, diferentemente da avaliação de desempenho e da avaliação institucional, efetiva-se no protagonismo compartilhado entre as crianças e os docentes no cotidiano da instituição de EI, compreendendo as diversas formas de interação entre os adultos, entre as crianças e entre as crianças e os adultos (ART. 34, 2014, p. 46).

Por isso, o artigo 36 destaca que a prática de elaboração dos registros é gradativamente aperfeiçoada pelas próprias educadoras, para que venham a ser objeto posterior de reflexão sobre a prática pedagógica e sobre as crianças no ambiente de Educação Infantil. Afinal, como destaca o artigo 35, “as práticas diárias de registros se apresenta como meio de comunicação de saberes, seja entre as crianças, entre estas e os adultos e dos adultos entre si” (ART. 36, 2014, p. 78). E como afirmaram as professoras entrevistadas neste mesmo artigo 36:

Outras comentam que no início atentavam apenas na descrição de conteúdos ou somente nos registros individuais das crianças (portfólios), mas que atualmente ampliaram significativamente a maneira de registrar, pautando-se no sentido e no significado que tal prática tem para todos os envolvidos no ambiente de aprendizagens (ART. 36, 2014, p. 78).

Assim, as duas categorias analisadas anteriormente tratam da avaliação da criança, tanto pelo olhar da avaliação por testes e/ou escalas, quanto pelo olhar do acompanhamento contínuo, muitas vezes não mensuráveis quantitativamente. Contudo, ambas ilustram a importância da avaliação nesta etapa da Educação Básica para o desenvolvimento da criança.

3.3 Avaliação do ambiente como parâmetro de qualidade da Educação Infantil

Nove artigos, ou seja, 25% dos artigos que compõem o *corpus* tratam da avaliação do ambiente de Educação Infantil. Desses nove artigos, sete deles descrevem a avaliação da qualidade do ambiente, e dois deles apresentam uma visão geral e histórica sobre as avaliações do ambiente da Educação Infantil.

Quadro 3: Relação de artigos sobre avaliação do ambiente da Educação Infantil

	Título do artigo	Autores	Ano	Periódico	Metodologia	Seleção dos participantes
Art. 2	Avaliação de ambientes educacionais infantis	CAMPOS-DE-CARVALHO; OLIVEIRA; FURTADO; SOUZA	2003	Paidéia	<i>Early Childhood Environment Rating Scale</i> – ECERS	42 turmas de creche do município de Ribeirão Preto – SP.
Art. 3	Observação do educador infantil pela escala de empenho do adulto	MAIMOME; TOMÁS	2005	Psicologia Escolar e Educacional	Escala de Empenho do Adulto	1 instituição de Educação Infantil do município de Uberaba – MG.
Art. 4	Qualidade de ambientes de creches: uma escala de avaliação	CAMPO-DE-CARVALHO; SOUZA	2005	Psicologia em Estudo	<i>Early Childhood Environment Rating Scale</i> – ECERS	32 turmas de creche do município de Ribeirão Preto – SP.
Art. 7	A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras	CAMPOS; ESPOSITO; BHERING; GIMENES; ABUCHAIM	2011	Cadernos de Pesquisa	<i>Early Childhood Environment Rating Scale</i> – ECERS; e Parâmetros Nacionais da Qualidade para a Educação Infantil	147 instituições de Educação Infantil no Brasil.
Art. 8	Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações	KAGAN	2011	Cadernos de Pesquisa	Análise documental	Não informado
Art. 10	O uso de escalas de avaliação de ambientes na educação infantil	HARMS	2013	Cadernos de Pesquisa	<i>Early Childhood Environment Rating Scale</i> – ECERS	Não informado
Art. 13	Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil: uma integração possível	CAMPOS-DE-CARVALHO; SOUZA	2008	Paidéia	<i>Early Childhood Environment Rating Scale</i> – ECERS	Não informado
Art. 23	O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil	ELALI	2003	Estudos de Psicologia	Multimétodos, que se basearam em três classes: descrição de elementos, observação comportamental, e abordagem direta dos usuários.	5 instituições de Educação Infantil do estado do Rio Grande do Norte.
Art. 31	Qualidade em Ambientes de um Programa de Educação Infantil Pública	CARVALHO; PEREIRA	2008	Psicologia: Teoria e Pesquisa	<i>Early Childhood Environment Rating Scale</i> – ECERS; e Parâmetros Nacionais da Qualidade para a Educação Infantil	16 turmas de instituições de Educação Infantil.

Fonte: Elaboração própria

Os artigos 2, 3, 4, 7, 13, 23, 31 destacam a importância da qualidade desses ambientes para o desenvolvimento da criança. O artigo 2 afirma que “o Brasil encontra-se hoje diante do desafio da melhoria da qualidade no atendimento prestado a crianças

de 4 a 6 anos ¹⁴” (ART. 2, 2003, p. 42). E para que esse desafio se concretize é importante que critérios avaliativos sejam criados.

Nesse sentido, tanto o artigo 2 como os artigos 4, 7, 10, 13 e 31 destacam a Early Childhood Environment Rating Scale – ECERS¹⁵ (HARMS, 2013), uma escala padronizada, desenvolvida nos Estados Unidos, para avaliar a qualidade do atendimento oferecido nos ambientes de Educação Infantil. A partir dessa escala, foi desenvolvida a Infant Toddler Environment Rating Scale – ITERS ¹⁶(HARMS, 2013), que é específica para avaliar creches, pois, foi elaborada para instituições de Educação Infantil que atendam crianças de até 30 meses.

O artigo 10 apresenta um breve relato da evolução das formas de avaliação do ambiente de Educação Infantil criadas nos Estados Unidos. A ECERS foi publicada em 1980, e “tornou-se a definição de *facto* da qualidade da dinâmica da sala de aula dos Estados Unidos” (ART. 10, 2013, p. 80). E “em 1990, foi publicada a Infant Toddler Environment Rating Scale– ITERS” com fins de avaliar ambientes educacionais que atendam crianças desde o nascimento até os dois anos e meio de idade.

Os artigos 7 e 31 ressaltam ainda a importância do documento Parâmetros Nacionais da Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) como base nacional para a compreensão da qualidade de todos os ambientes de Educação Infantil do país. Quanto à qualidade, o artigo 7 (2006, p. 124) define que trata-se de um conceito socialmente construído, e que portanto, depende do contexto em que é avaliado.

O artigo 13 afirma que “a qualidade de uma instituição educacional está fortemente vinculada à estruturação do espaço” (ART. 13, 2008, p. 28) e por isso descreve alguns critérios que são necessários para a promoção de qualidade na Educação Infantil: “a proporção adulto/criança, o número de crianças por turma, a formação dos profissionais, a taxa de rotatividade dos profissionais, relações entre adultos e crianças, cuidados de higiene, dentre outros” (ART. 13, 2008, p. 28).

Nesse sentido, o artigo 23 descreve acerca da influência do ambiente de Educação Infantil para o desenvolvimento da criança. Para isso, o artigo 23 reitera esse valor dado ao ambiente da Educação Infantil, o qual deve ser percebido como também agente influenciador no desenvolvimento da criança, afinal “o meio físico tem impacto

¹⁴Como o artigo foi publicado em 2003, a faixa etária ainda era considerada como pré-escolar. Todavia, com as mudanças que a Lei 12.796/13, a Educação Infantil corresponde apenas a faixa de 0 a 5 anos de idade.

¹⁵ HARMS, T.; CLIFFORD, R. M.; Early childhood environment rating scale (ECERS). Chapel Hill: Frank Porter Graham Child Development Center: University of North Carolina, 1980.

¹⁶ HARMS, T.; CRYER, D.; CLIFFORD, R.; Infant/Toddler environment rating scale (ITERS). Chapel Hill: Frank Porter Graham Child Development Center University PF North Carolina, 1990.

direto e simbólico sobre seus ocupantes, facilitando e/ou inibindo comportamentos” (ART. 23, 2003, p. 310). Por isso, o espaço da Educação Infantil deve ser continuamente observado tendo em vista seu impacto sobre o processo de desenvolvimento da criança.

Todavia, o artigo 3 enfatiza que “uma Educação Infantil de qualidade deveria considerar, tanto o contexto da criança para aprender, como o do educador para ensinar” (ART. 3, 2005, p. 270). Afinal, como o próprio texto afirma, “a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil deve visar, antes de tudo, ao desenvolvimento da criança” (ART. 3, 2005, p. 270). Sob essa perspectiva, o artigo apresenta a aplicação da Escala de Empenho do Adulto¹⁷ (MAIMONE e TOMÁS, 2005) a fim de perceber como as educadoras avaliadas envolvem as crianças nos ambientes educacionais e qual a importância desses ambientes para o desenvolvimento das crianças.

Os artigos 10 e 8 destacam que a qualidade da Educação Infantil envolve diversos fatores, os quais não podem ser analisados isoladamente, ou avaliados de forma atemporal. O artigo 8 afirma que “os resultados das crianças por si só são uma medida insuficiente de qualidade” (ART. 8, 2011, p. 61) e destaca ainda que também a “infraestrutura é elemento essencial que promove e garante a qualidade [da Educação Infantil]” (ART. 8, 2011, p. 65). Já o artigo 10 destaca que instrumentos padronizados de avaliação devem ser continuamente aperfeiçoados, pois “a mudança é um processo contínuo, [...] ajustes periódicos podem ser feitos à medida que o programa se desenvolve e se torna mais universal” (ART. 10, 2013, p. 92).

3.4 Avaliações em nível macro

Sete artigos, que representam cerca de 20% do *corpus*, tratam de avaliações em nível macro da Educação Infantil, ou seja, artigos que analisam políticas de avaliação para a Educação Infantil.

¹⁷ BERTRAM, T. Effective educators os Young children: developing a methodology form improvment. Tese de doutorado. Coventry University, 1996.

Quadro 4: Relação de artigos sobre avaliações em nível macro

	Título do artigo	Autores	Ano	Periódico	Metodologia
Art. 1	Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil	ROSEMBERG	2001	Revista Brasileira de Educação	Pesquisa Bibliográfica
Art. 9	Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas	CAMPOS	2013	Cadernos de Pesquisa	Pesquisa Bibliográfica
Art. 11	Políticas de educação infantil e avaliação	ROSEMBERG	2013	Cadernos de Pesquisa	Pesquisa Bibliográfica
Art. 12	A educação infantil e a Questão da escola: o caso da França	GARNIER	2014	Cadernos de Pesquisa	Pesquisa Bibliográfica
Art. 21	Em busca da qualidade educacional na pré-escola: Uma experiência mexicana	MYERS	2011	Cadernos de Pesquisa	Estudo de Caso
Art. 26	Experiência e observação: de Rousseau ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil	BATISTA	2011	Educação e Pesquisa	Pesquisa Bibliográfica
Art. 32	Apontamentos sobre o documento “Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação”	VIEIRA	2014	Nuances: estudos sobre educação	Pesquisa Documental

Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, os artigos 1, 9, 11, 12, 21, 26 e 32 apresentam uma visão geral acerca da avaliação na Educação Infantil, bem como a evolução dessas avaliações e a definição dos sujeitos avaliados, no Brasil e em outros países.

O artigo 1 destaca que a avaliação na Educação Infantil deve se pautar em três pilares, quais sejam: “intuição, em valores, e no conhecimento” (ART. 1, 2001, p. 19). E por isso, afirma que:

A avaliação constitui uma forma particular de pesquisa social que tem por objetivo determinar não apenas se os objetivos propostos foram atingidos, mas também se os objetivos propostos respondem às necessidades dos participantes diretamente concernidos pela Educação Infantil: pais (especialmente as mães), profissionais e crianças (ART. 1, 2001, p. 23).

O artigo 9 relata a evolução das políticas públicas que respaldam as avaliações nessa etapa da Educação Básica. Destaca por isso, que a discussão inicial sobre a avaliação na Educação Infantil começou por meio da abordagem psicológica a qual preocupava-se com os aspectos afetivos do desenvolvimento da criança. Em seguida, houve mais ênfase na abordagem cognitiva, e que para isso, testes psicológicos estavam em voga, a fim de averiguar o desenvolvimento intelectual das crianças. Atualmente tem se discutido mais a avaliação de forma mais integrada, envolvendo aspectos

curriculares, presentes nas propostas pedagógicas, e que dizem respeito à qualidade em instituições de Educação Infantil.

O artigo 11 dá ênfase à discussão acerca das políticas de avaliação da Educação Infantil, que para a autora deve ser percebida como uma “questão de política social” (ART. 11, 2013, p. 47). Afinal, como afirma “há muito, na Educação Infantil, avalia-se e trata-se da avaliação, mas não de modo recortado, denominado e enquadrado como um problema social, demarcando campo de conhecimento e ação política” (ART. 11, 2013, p. 48).

Todavia, o artigo 12, destaca a avaliação na Educação Infantil na França, e apresenta a “escola maternal” com base em um “papel triplo: educativo, propedêutico e de cuidado” (ART. 12, 2014, p. 66) e por isso:

Um registro de justificação e de qualificação da escola maternal [...] é, ao mesmo tempo, descritivo e normativo; e é acompanhado necessariamente de um conjunto de objetos e princípios de avaliação referentes a um mesmo “mundo”: o da escola (ART. 12, p. 67).

Com isso, há a regulamentação de dispositivos nacionais de avaliação para esta etapa da educação, os quais valorizam “avaliar a criança durante todo o maternal, nas diferentes áreas de atividades” (ART. 12, 2014, p. 74).

Já o artigo 21 descreve uma política pública do México, onde foi implantado o “Projeto Intersetorial de Indicadores do Bem-Estar das Crianças Pequenas” (ART. 21, 2011, p. 103). Para sua implantação, critérios de qualidade são estipulados e devem ser constantemente observados e avaliados nas instituições de Educação Infantil. Para isso, o governo federal estabeleceu uma escala de avaliação da qualidade, denominada de Escala de evolución de la calidad educativa em centros preescolares – ECCP” (sem referência).

O artigo 26 faz uma alusão à obra “Emílio” de Jean Jaques Rousseau. Descreve que o papel da observação do adulto sobre a criança se torna uma forma de avaliar, pois, o “olhar do adulto que observa a criança, por mais discreto e silencioso que seja, está carregado de mediações, objetivas e subjetivas que, em grande parte, não só avalia, como também forma seu objeto de avaliação” (ART. 26, 2011, p. 788). Por isso, para Rousseau, a educação já começa na observação, que para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) torna-se algo normatizado e a avaliação, “designada como formativa, aparece em outros termos como um instrumento voltado para reorientar a prática educativa” (ART. 26, 2011, p. 791).

O artigo 32 reitera o valor da avaliação na Educação Infantil, a qual deve tratar da aprendizagem e do desenvolvimento de crianças. E para isso, o texto apresenta alguns destaques do documento Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação – GT/MEC, que defende a autoavaliação para as instituições de Educação Infantil.

4. Discussão dos resultados

O estudo dos 36 artigos que compuseram o *corpus* de pesquisa nos possibilitou a realização da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Assim, compreendemos como a temática “avaliação e Educação Infantil” tem sido tratada em artigos acadêmicos. A quantidade de artigos publicados ainda é baixa quando comparada à quantidade de legislações nacionais (CF/1988, LDBEN/1996 e suas alterações pela Lei 12.796 de 2013, PNE/2014, DCNEI/2009, RCNEI/1998) que abordam este aspecto pedagógico das instituições de Educação Infantil ao longo do mesmo recorte temporal.

Contudo, o estudo também nos permitiu observar que a área dos periódicos que mais publicou artigos sobre a temática foi a de Educação - 24 artigos que compõem o *corpus*. A área de Psicologia publicou 10 artigos, um número considerável do *corpus*. Já a área de Saúde apresenta apenas dois artigos no *corpus* de pesquisa.

Esta significativa quantidade de artigos publicados em periódicos da área de Educação em relação às demais áreas se justifica pelo tema delimitado da pesquisa, pois, os descritores quando combinados, geralmente são associados à avaliação como função específica que qualquer instituição educacional desempenha rotineiramente. Contudo, em pesquisas como esta isto nem sempre ocorre, pois, muitas vezes, áreas como a Psicologia, também publicam quantidades consideráveis de artigos sobre temas ligados à educação. Um exemplo foi a pesquisa “Creche e Interação: um levantamento bibliográfico nos artigos científicos (1997-2012)” realizada em 2014, que demonstrou que a quantidade de artigos sobre a temática “creche e interação” era muito maior nos periódicos da área de Psicologia do que as publicações na área de Educação.

A subdivisão das quatro categorias de estudo nesta pesquisa propiciou também uma visão mais ampla sobre a produção acadêmica nos últimos 20 anos. A primeira categoria trata da análise de nove artigos que discorrem sobre a avaliação centrada na criança por meio de teste e escalas. Nesses nove artigos, percebemos que nas avaliações descritas, tanto aspectos sociais, cognitivos, ou físicos do desenvolvimento da criança são abordados nos artigos. Desses artigos, quatro apresentam a avaliação por meio de testes e escalas como uma forma de avaliar o desenvolvimento da criança e dão mais ênfase à avaliação do desenvolvimento social e cognitivo da criança; já os outros cinco artigos que trazem a avaliação como instrumento de medição do desempenho da criança abordam os aspectos motor, lingüístico ou emotivo da criança.

Todavia, a ênfase dada à avaliação como forma de mensuração do desempenho da criança muitas vezes, pode restringir o campo de avaliação em um ambiente de Educação Infantil. E assim pode “se voltar contra os interesses da criança, e em vez de potencializar a ajuda, contribui para criar expectativas negativas” (PANIAGUA e PALACIOS, 2007, p. 195).

Por isso, as instituições de Educação Infantil devem considerar os resultados das avaliações da criança não como um fim em si mesmo, mas, como um meio que integra um processo em prol do desenvolvimento da criança e não como mera aferição de habilidades e competências. Quanto a isso, o documento “Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto” destaca:

é preciso ter em vista que as conquistas das crianças pequenas, seus ritmos de crescimento, desenvolvimento e aprendizado não se dão de modo linear, estando sujeitos a sobressaltos, variabilidades; principalmente para crianças com menos de 6 anos. Com isso queremos ressaltar que não existe norma padrão a ser obedecida, o conceito de uma “criança com padrão normal”, ideia há tempos criticada pela psicologia do desenvolvimento, pela sociologia da infância, pela antropologia. (MEC/SEB/COEDI, 2015, p. 39)

A segunda categoria trata a avaliação centrada no acompanhamento integral da criança e apresenta 11 artigos. Dentre eles, cinco artigos enfatizam a importância da avaliação como forma de acompanhamento contínuo da criança, ou seja, há que se valorizar uma observação sistemática em um ambiente educacional para que se compreenda o desenvolvimento infantil. Esta ideia está alinhada à definição de avaliação de Jussara Hoffman (2015, p. 13): “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendam por um longo período de tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”.

Outros quatro artigos focam na descrição de formas de avaliação que possam ser utilizadas na Educação Infantil. Quanto às formas ou procedimentos utilizados, é necessário destacar que avaliação não deve ser entendida como sinônimo de instrumento avaliativo. Para isso, Hoffman (2015) afirma que:

o instrumento, como tal, não pode ser denominado de avaliação. Ele integra o processo. Como ferramenta, só adquire sentido à medida que auxilia a tornar o acompanhamento e o fazer pedagógico mais significativos. (HOFFMAN, 2015, p. 15)

E por fim, outros dois artigos, propõem a valorização da avaliação para o exercício da docência, a fim de possibilitar uma prática reflexiva por parte do docente

acerca de seu fazer pedagógico em prol do desenvolvimento das crianças. Quanto a essa reflexão, Ferrari (2012, p. 47) destaca que:

o retorno do resultado da avaliação dos dados recolhidos na observação de avaliação e o confronto entre todos os indivíduos envolvidos no processo analítico sobre o contexto em exame ativam novas dinâmicas e estimulam novas interrogações e propostas capazes de cotejar as escolhas feitas para a turma e para a creche.

Para isso, Hoffman (2015, p. 64) propõe que em ambiente educacionais, “é muito importante criar oportunidades frequentes de troca de idéias entre os adultos que trabalham com a criança e destes com os familiares ou responsáveis”, a fim de promover o desenvolvimento da criança de forma integral.

Afinal, a avaliação deve ser percebida por todos os sujeitos envolvidos como uma prática reflexiva da ação pedagógica, e não simplesmente como um resultado bruto sobre o desenvolvimento de uma criança. Quanto a isso, Hoffman (2014, p. 25) aponta que “avaliação compreendida como julgamento, considera apenas as modificações que se produzem de um lado, o do aluno”, sem levar em consideração os outros sujeitos envolvidos no processo.

Nesse sentido, é válido salientar que a avaliação deve ser valorizada como um processo contínuo. Gema Paniagua e Jesus Palacios (2007, p. 201) destacam que “nunca será demais insistir que a única avaliação que tem sentido é a feita de forma continuada”. Afinal, é durante o processo que podemos compreender o verdadeiro desenvolvimento de cada criança.

Um dado interessante que essas duas primeiras categorias apresentam também é a concepção acerca do desenvolvimento da criança apresentada nesses 20 artigos que compõem a análise das categorias. Dos 20 artigos, 18 expressam que o desenvolvimento da criança sofre influência do meio em que elas estão inseridas; os outros dois artigos não deixam claro qual a concepção de desenvolvimento da criança a que se respaldam.

Desses 18 artigos, dois deles se baseiam em Lev Vygotsky para explicar como o desenvolvimento da criança é constituído por meio das interações. Outros dois artigos destacam que além do meio influenciar o desenvolvimento da criança há também os aspectos cognitivos que impactam o processo, para isso, utilizam Jean Piaget como teórico basilar. Há também um artigo que se respalda na “Rede de Significações” (ROSSETI-FERREIRA, AMORIM e SILVA; 2004) a fim de explicar como o desenvolvimento da criança sofre influência do meio e de suas interações. Defende, por

isso, que o desenvolvimento humano é um processo de contínua “coconstrução” dos sujeitos envolvidos e de suas interações. E outros três artigos apresentam a criança como “coautora” do seu desenvolvimento, que sofre influencia do meio, mas, também é responsável por influenciá-lo.

A terceira categoria trata da avaliação do ambiente como parâmetro de qualidade da Educação Infantil. Nove artigos do *corpus* dissertam acerca de tal forma de avaliação. Dentre eles, sete artigos apresentam testes e escalas como forma de avaliação da qualidade do ambiente, e descrevem para isso, critérios que norteiam essas avaliações. Contudo, apenas um artigo descreveu que obteve resultados positivos depois da aplicação do teste; já outros dois artigos que aplicaram os mesmos testes, apontaram que os escores obtidos não foram satisfatórios em suas análises. As instituições quando avaliadas por meio de testes ou escalas também apresentaram resultados que os autores julgaram não tão positivos. Já outros dois artigos dessa mesma categoria, tratam apenas de descrever o que é a avaliação na Educação Infantil.

Um ponto importante de se destacar é o fato que avaliações como essas, descritas nesses nove artigos, para serem aplicadas de forma coerente devem ser adaptadas conforme as condições locais de cada espaço educacional. Juliana Silva e Tatiana de Souza (2011, p. 141) afirmam:

A avaliação da qualidade de ambientes de educação infantil é uma realidade em diversos países [...] e cada país, levando em conta sua realidade específica, faz diferente uso desses materiais, seja na construção de documentos específicos, seja no processo de utilização de instrumentos prontos.

O documento “Parâmetros Nacionais da Qualidade na Educação Infantil (2006)” aponta o problema em transpor concepções originárias do mundo empresarial acerca da qualidade para um ambiente educacional. Para tanto o documento afirma que:

Concepções originadas do mundo empresarial foram adotadas, tais como os chamados programas de qualidade total, que procuram substituir os controles externos do trabalho por uma adesão do trabalhador às metas de qualidade das empresas. No lugar de uma estrutura hierarquizada de administração dos sistemas de educação, buscou-se descentralizar responsabilidades e tarefas, ao mesmo tempo em que se montou um sofisticado aparato de avaliação dos resultados de aprendizagem dos alunos, resultados estes considerados produto da educação. (MEC, 2006, p. 20)

Práticas como essas, que tentam transpor o ideal empresarial a fim de qualificar um ambiente educacional, acabam por desconsiderar os diversos fatores intrínsecos a

um espaço de Educação Infantil, que apresenta inúmeras especificidades no cotidiano tanto físicas quanto humanas. Por isso, o documento destaca ainda que:

no contexto brasileiro, discutir a qualidade da educação na perspectiva do respeito à diversidade implica necessariamente enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, que respeitem os direitos básicos das crianças e de suas famílias, seja qual for sua origem ou condição social, sem esquecer que, entre esses direitos básicos, se inclui o direito ao respeito às suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero. (MEC, 2006. p. 23)

Por fim, a quarta categoria, com sete artigos, trata das avaliações em nível macro, que envolvem aspectos amplos e documentais acerca da avaliação. Esses artigos apresentam uma visão panorâmica acerca da avaliação na Educação Infantil, e para isso, muitas vezes, apresentam a avaliação na Educação Infantil como conquista de políticas públicas. Nesse sentido, Almerindo Janela Afonso (2009, p. 17) afirma que a “avaliação educacional (enquanto vetor estruturante de uma política pública específica como a educação) não pode deixar de considerar as eventuais mudanças nas formas de regulação social”. Isso demonstra a necessidade de compreendermos a avaliação na Educação Infantil como resultado de uma política pública, que não foi construída à margem das conquistas sociais e direitos adquiridos por uma sociedade.

Dessa forma, Lanara Guimarães de Souza (2009) apresenta a avaliação como cumprimento de política pública, que deve ir além de um mero controle estatal, pois, para ela, a avaliação como política educacional é um direito básico de qualquer cidadão. Por isso, a autora defende ainda que uma política educacional voltada à avaliação é um “conjunto de planos e programas [que] deve ser capaz de fomentar o saber pensar como instrumento necessário à participação dos cidadãos no jogo de interesses e de poder, presentes nas relações sociais” (SOUZA, 2009, p. 24).

Por fim, é válido ressaltar também que tanto os artigos que apresentaram como forma de avaliação, testes e escalas, quanto os artigos que apresentaram outras formas de avaliação da Educação Infantil, buscam compreender como está configurada a Educação Infantil como espaço educacional. Até mesmo estes sete artigos que versam sobre as “avaliações em nível macro”, destacam a necessidade de aprimoramento das avaliações sobre a Educação Infantil.

5. Conclusão

Diferentes temas relacionados à Educação Infantil têm sido discutidos há mais tempo na Europa, principalmente ao norte da Itália, com as experiências de Reggio Emilia (BONDIOLI, 2015; FERRARI, 2012; RINALDI, 2016), e nos países escandinavos. Todavia, no Brasil, o interesse tem crescido, principalmente a partir das décadas de 70 e 80 que foram marcadas por movimentos em prol dos direitos da criança, como descreve o documento “Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto” (2011, p. 13)

A preocupação com a questão vem desde as mobilizações entre os anos de 1970/1980, como nos movimentos de luta pelos direitos das crianças por creches e no processo da Constituinte. Contudo, nos anos de 1990, pós-estabelecimento da nova Constituição Federal de 1988, antes mesmo da promulgação da LDBEN nº 9394/1996, o tema passou a mobilizar ainda mais professores, pesquisadores, gestores e demais interessados em serviços educativos para as crianças de até seis anos e suas famílias.

Apesar de reconhecermos o interesse pela temática avaliação e Educação Infantil no Brasil (CF/1988, LDBEN/1996 e suas alterações pela Lei 12.796 de 2013, PNE/2014, DCNEI/2010, RCNEI/1998), a presente pesquisa demonstra que ainda são necessários mais estudos sobre essa temática no meio acadêmico brasileiro. Afinal, o número de publicações ainda é baixo, dado a relevância do assunto e a faixa de tempo de delimitação da seleção dos artigos que compuseram o *corpus* – 20 anos.

É válido salientar também que “avaliação e Educação Infantil” muitas vezes, é vinculada a outras temáticas, tais como, documentação, observação e registro, que também se apresentam como formas de avaliação, muito presentes na Educação Infantil. Contudo, ainda é necessário compreender de forma mais ampliada os instrumentos e as práticas de avaliação na Educação Infantil.

Sugerimos que é igualmente necessário um novo olhar sobre o excesso de avaliações baseadas em teste e escalas padronizadas, que mensuram tanto o desempenho das crianças nos contextos educacionais quanto a qualidade dos ambientes de Educação Infantil. Artigos que compuseram o *corpus* mostram que muitas vezes esse tipo de avaliação normalmente desconsidera características do desenvolvimento de cada criança e do grupo em conjunto, e não valorizam as peculiaridades de cada instituição educacional.

Oportuno também, é destacar que a temática “avaliação e Educação Infantil” deve ser percebida como um processo em contínua formação, tanto nos espaços acadêmicos e legais, quanto nas instituições de Educação Infantil. Há que se discutir mais com as professoras de Educação Infantil suas intencionalidades com as avaliações. Afinal, avaliação e Educação Infantil requerem uma permanente discussão e aprimoramento de formação dos sujeitos que as elaboram, visando sempre processos individuais e coletivos das crianças na Educação Infantil.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional:** regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Luanna Rodrigues. Avaliação da depressão infantil em alunos da pré-escola. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n.2, 1999.

ARAÚJO, Maria Vanderléia Matos; MARTELETO, Márcia Regina Fumagalli; SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena. Avaliação do vocabulário receptivo de crianças pré-escolares. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.27, n.2, 2010.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. 1ª Edição. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONDIOLI, Anna. Promover a partir do interior: o papel do facilitador no apoio a formas dialógicas e reflexivas de auto-avaliação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol.41 n. Especial, 2015.

BRAGANÇA, Lídia. ALVES, Cláudia. LEMOS, Stela. Estudo do perfil comunicativo de crianças de 4 a 6 anos na Educação Infantil. **Revista CEFAC**. v. 16. n. 4. 2014. p. 1275.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei 12.796, de 04 de abril de 2013. Dispõe sobre as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Educação. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o **Plano Nacional da Educação - PNE**. Brasília, DF, 2014.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília : MEC, SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria número 1.147/2011. **Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação**. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto**. Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: MEC, SEB, COEDI, 2015.

CIASCA, Maria Izabel Figueiras Lima. MENDES, Débora Lúcia Lima Leite. Estudo de Avaliação na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 293-304. 2009.

EDWARDS, Carolyn; PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesus. **Educação Infantil: resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FARIAS, Ana Lúcia Goulart de. Loris Malaguzzi e os direitos das crianças pequenas. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzto (Orgs.). **Pedagogia(s) da Infância**: dialogando com o passado: construindo com o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERRARI, Monica. Condições para a educação. In: BECCHI, Egle. et al. **Ideias orientadoras para creche: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 45-53.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOCHI, Paulo. Afinal, o que fazem os bebês no berçário: comunicação, autonomia, e saber-fazer em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

FURTADO, Michelle Abreu. **Concepções de creche em periódicos acadêmicos nacionais A1 e A2 da área de educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FURTADO, Michelle Abreu. **Concepções de creche: uma análise em periódicos nacionais A1 e A2 da área de educação**. 37ª Reunião da ANPED. 2015.

FYFE, Brenda. A relação entre documentação e avaliação. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). **As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação**. Porto Alegre: Penso, 2016. v.2.

GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999.

GANDINI, Lella; GOLDBERGER, Jeanne. Duas reflexões sobre a educação. In: GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn. (Orgs.). **Bambini: a abordagem italiana à Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 150-169.

GONZALEZ-MENA, Janet. **Fundamentos da Educação Infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada**. Porto Alegre: AMGH, 2015.

HARMS, Thelma. O uso de escalas de avaliação de ambientes na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, n. 148, 2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil**: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2015.

_____. **Avaliação**: mito & desafio. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LORDELO, Eulina da Rocha; CHALHUB, Anderson Almeida; GUIRRA, Raquel Cardoso; CARVALHO, Cláudio Seal. Contexto e Desenvolvimento Cognitivo: Frequência à Creche e Evolução do Desenvolvimento Mental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.20, n.2 2007.

MAIMONE, Eulália Henriques; TOMÁS, Débora Nogueira. Observação do educador infantil pela escala de empenho do adulto. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2005.

MAJOR, Sofia; SEABRA-SANTOS, Maria João. Factor Validation of the Portuguese Version of the Social Skills Scale of the Preschool and Kindergarten Behavior Scales, **Paidéia**, v.24, n.58, 2014.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, idéias e filosofia básica. In: **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999.

PAIVA, Maria Lucimar Fortes. Relações entre representações afetivas e cognitivas em crianças de 4 a 5 anos de idade. **Paidéia**, Ribeirão Preto, 1996.

ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; e SILVA, A. P. S. Rede de Significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; e CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RINALDI, Carla. Documentação e avaliação: qual a relação. In: Project Zero. **Tornando visível a aprendizagem:** crianças que aprendem individualmente e em grupo. Reggio Children. São Paulo: Phorte, 2014. p.80-95.

RINALDI, Carla. A pedagogia da escuta: a perspectiva da escuta em Reggio Emilia. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). **As cem linguagens crianças:** a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre, Penso, volume 2, 2016.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia:** escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SILVA, Angélica Aparecida Ferreira da. **Panorama quantitativo e qualitativo das teses sobre Creche na área de educação (2007 a 2011).** Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Angélica Aparecida Ferreira da.; e MÜLLER, Fernanda. Análise de conteúdo da produção acadêmica em educação: tendências nos estudos da primeira infância na creche. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 40, p.174-189, 2015.

SILVA, Juliana Bezzon da.; SOUZA, Tatiana Noronha de. Análise da utilização de uma escala para avaliação da qualidade de creche. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 137-158, 2011.

SOUZA, C. T.; SANTOS, D. C. C.; TOLOCKA, R. E.; BALTIERI, L.; HABECHAN, Fernanda A. P.; GIBIM, N. C. Avaliação do desempenho motor global e em habilidades motoras axiais e apendiculares de lactentes frequentadores de creche. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v.14, n. 4, 2010.

SOUZA, Lanara Guimarães de. Avaliação de políticas educacionais contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, JAC., and DAZZANI, M. V., (Orgs.) **Avaliação educacional: desatando e reatando nós** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

THIAGO, Lilian Pacheco S. Espaço que dê espaço: experiência de estágio com crianças de onze meses a um ano e três meses. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**. Campinas-SP: Papirus, 2000.

VIEIRA, Livia Fraga. Apontamento sobre o documento educação infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de Avaliação. **Nuances**, Prudente-SP, v. 25, n. 3, p. 18-35. 2014.